

As origens do movimento ecumênico na Amazônia Paraense*

Por Antonio Carlos Teles da Silva**

Resumo:

Este trabalho pretende descrever o surgimento do Movimento Ecumênico na Amazônia Paraense, identificando sua origem nas mobilizações pela libertação dos presos do Araguaia no início da década de 1980. Esta identificação pressupõe uma análise do movimento em sua relação com a situação política do país ao final do governo militar, bem como sua relação com os movimentos populares de reivindicação social, mobilizados contra a violência agrária na Amazônia, particularmente na região do Araguaia. O autor demonstra que o Movimento Ecumênico ali surgido tem sua identidade e desenvolvimento definidos em função do compromisso com a realidade amazônica, ao mesmo tempo em que se reconhece como parte da tradição ecumênica e do ideal de unidade do Movimento Ecumênico histórico e mundial. Como base teórica dessa análise, o autor utiliza o conceito de Ecumenismo de Base, como fenômeno religioso de grande força na América Latina, em íntima conexão com a Teologia da Libertação em sua opção preferencial pelos pobres e deserdados da terra.

Palavras-chave:

Ecumenismo – Amazônia – Teologia da Libertação

Introdução

Ao nos referirmos ao movimento ecumênico na Amazônia paraense, fizemos uma delimitação geográfica, tendo em vista a dimensão da região e sua diversidade. Ao mesmo tempo, não temos informações de algum outro movimento da mesma natureza surgido na região no mesmo período ou antes dele. Na explicitação de um referencial teórico para essa abordagem, foi intenção demonstrar a interpenetração

* O presente trabalho é um resumo de uma dissertação apresentada à Escola Superior de Teologia, junto ao Instituto Ecumênico de Pós-graduação como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em Teologia, sob a orientação do Prof. Dr. Rudolf von Sinner.

** Natural de Belém do Pará, Doutorando em Teologia no Instituto Ecumênico de pós-graduação, da Escola Superior de Teologia, EST. São Leopoldo, RS. Atualmente realizando pesquisa sobre a identidade étnico cultural do caboclo ribeirinho amazônico a partir da obra de Dalcídio Jurandir, dentro da perspectiva hermenêutica de Paul Tillich.

inevitável dos aspectos histórico, sociológico e teológico, pensando no significado e relevância do movimento não somente para uma história da Igreja, mas como processo significativo dentro da história humana.

A abordagem histórica do movimento ecumênico, mesmo que breve, pretende demonstrar como o ideal da luta por unidade da Igreja e da humanidade tem sido indissociável da luta por justiça, paz e dignidade humana. Nesse sentido, o movimento ecumênico surgido na Amazônia é parte significativa da história do ecumenismo mundial. A relação entre ecumenismo e sociedade é tematizada a partir das questões inevitáveis ao se falar de processo político e movimentos sociais na América Latina; as influências marxistas, a relação infra-estrutura/superestrutura, os conflitos dos interesses de classes, a relação religião/Estado. O Ecumenismo de Base é analisado em meio a esse emaranhado de idéias sobre o funcionamento da sociedade e das práticas delas decorrentes.

Conseqüentemente, é inevitável também ressaltarmos as relações de interdependência do Ecumenismo de Base com outro fenômeno tipicamente latino americano: a Teologia da Libertação. A importância dessa visão conjunta se ressalta no momento em que se repensa a Teologia da Libertação a partir da suposta crise que lhe acometeu após a queda do socialismo real. O que levanta a questão se o Ecumenismo de Base também se encontra num momento de balanço em que a reavaliação de métodos e estratégias seria vital para a sua dinâmica futura.

Na questão teológica, fugi da pretensão de uma abordagem pretensamente ampla e completa, atendo-me somente a temas que emergem naturalmente ao se tratar de uma prática como o ecumenismo na Amazônia. A ênfase maior recai sobre os paradigmas para um ecumenismo popular ou ecumenismo de base, que representa a referência de maior peso neste trabalho. Utilizo como principais referências, Gerhard Tiel em seu trabalho sobre ecumenismo de base e Júlio de Santa Ana e seu conhecido livro sobre ecumenismo e libertação. Em ambos os trabalhos, é

central a relação entre o ecumenismo de base ou ecumenismo popular e a Teologia da Libertação.

A título de contextualização do tema, apresento uma visão da realidade amazônica sob o governo militar, sem pretensão de aprofundamento — o que extrapolaria os limites e o propósito pretendido, que é o de ser uma visão panorâmica sobre a situação de onde brota o movimento ecumênico referido. Especial atenção foi dada à guerrilha do Araguaia na configuração de um posterior “clima” de trauma favorável ao intervencionismo militar na região.

Ao narrar os fatos que deram origem ao movimento, utilizei entrevistas gravadas com pessoas que, de alguma forma, participaram dos acontecimentos, e ainda os testemunhos escritos do jornalista Rivaldo Chinem e do padre Ricardo Rezende. Isso explica o tom, em alguns momentos, mais jornalístico que acadêmico da narrativa. No quarto e último capítulo, a título de conclusão, me empenho num diálogo com Gerhard Tiel sobre ecumenismo de base e o Movimento Ecumênico na Amazônia paraense, destacando como muitas de suas percepções e análises ali ganham densidade e se comprovam.

Como um todo, propositalmente foi dada ênfase ao aspecto militante da prática ecumênica, numa clara intenção de apontar para o seu peculiar desenvolvimento na América Latina. Mesmo reconhecendo a feição ecumênica militante de igrejas existentes nos países desenvolvidos, é nos rincões da América Latina empobrecida, como a Amazônia, que o Movimento Ecumênico adquire maior densidade no seu entrelaçamento com a realidade diária do povo, superando em muito a limitação dos espaços propriamente eclesiásticos e teológicos. Em outras palavras, na América Latina, o Movimento Ecumênico tornou-se de fato um fenômeno social de base.

A utilização de material colhido nas entrevistas com pessoas que estiveram diretamente envolvidas ou acompanharam de perto os acontecimentos relatados,

levou em conta que, após 20 anos, é inevitável a tendência à idealização, bem como que as pessoas mudaram, as instituições seguiram seu rumo e se transformaram, além da situação política e social do país. Da mesma forma, é um terreno onde a “isenção” metodológica torna-se quase uma impossibilidade ao autor/pesquisador. Tendo trabalhado como professor no Conselho Amazônico de Igrejas Cristãs e participando ativamente das mobilizações ecumênicas e ainda pelas próprias opções teológicas assumidas, é impossível não tomar partido. Portanto, associado ao trabalho de pesquisa, fica indelével a índole e a emoção militante. De qualquer forma, esperamos com este trabalho contribuir para a reflexão sobre a caminhada do ecumenismo, e especificamente do ecumenismo de base, acompanhando a dinâmica inerente ao tempo presente em constante transformação.

Neste artigo, optamos por reproduzir apenas parte do terceiro capítulo, com a narração dos fatos originários e suas conseqüências mais imediatas.

O conflito do Cajueiro

A área de terra chamada de Cajueiro é um castanhal de cerca de 9.500 hectares, distante 35 km de São Geraldo do Araguaia, no sudeste do Pará. No início da década de 1980, era objeto de litígio e estava ocupada por quase uma centena de posseiros, alguns há mais de 20 anos. Reivindicavam também a posse da terra o então deputado do PDS goiano, Juraci Teixeira, e os fazendeiros José Almeida, de Governador Valadares (MG), e Evandro Azevedo, que diziam possuir títulos de aforamento do Estado do Pará, ou seja, eram terras que pertenciam ao Estado do Pará e não à União Federal, tendo os fazendeiros o direito somente de usufruto da castanha, não, porém, o direito de posse, não podendo assim realizar qualquer outra atividade. Da mesma forma, qualquer solução do litígio seria competência do órgão estadual competente, no caso, o Instituto de Terra do Pará (ITERPA).

Porém, desde março de 1979, o INCRA procedia a demarcações na área, favoráveis aos fazendeiros. Cerca de 90 famílias decidiram resistir às seguidas tentativas de desocupação das terras, pedindo orientação e auxílio ao Padre Aristides Camió, pároco de São Geraldo. A situação foi apaziguada temporariamente com a intervenção do major Sebastião Rodrigues de Moura, o major “Curió”, que, ao mesmo tempo, instigava os posseiros a desconfiar dos estrangeiros, no caso, os padres franceses de São Geraldo.

Com a criação do Grupo de Terra do Araguaia Tocantins (GETAT), como órgão específico para as questões de terra da região, os problemas recomeçaram com o reconhecimento de somente 52 famílias, considerando-se as demais como invasoras, que necessariamente deveriam desocupar a área. A partir do início de 1981, as ações violentas de pistoleiros contratados pelos fazendeiros tentavam forçar a saída dos posseiros. A polícia Federal, com o mesmo objetivo, intensificou suas ações, prendendo seis lavradores em junho, que foram soltos pela intervenção do Padre Aristides junto ao executor do GETAT.

No dia 8 de agosto de 1981, o Padre Aristides em companhia do Padre Francisco Gouriou, recém chegado ao Araguaia, celebrou missa na posse do lavrador João Matias, um antigo “bate-pau”¹ do exército, que, na verdade, não fazia parte da comunidade católica, pois era evangélico. João Matias, juntamente com Simplício, que também havia sido “bate-pau”, eram especialmente visados pela polícia, por sua liderança junto aos posseiros. Nessa ocasião, o Padre Aristides avisou João Matias que a Polícia Federal e o GETAT entrariam na área para a desocupação.

Falou de modo inflamado como sempre. Disse que sabia da ameaça que mais uma vez rondava os posseiros, dependentes das terras em que viviam e que cultivavam. Que, como sempre, era preciso enfrentar a ameaça para manter a terra. E que enfrentar sozinho a ameaça era uma loucura, “pois ninguém tem medo de um

¹ Guias locais utilizados pelo exército na captura de guerrilheiros durante a guerrilha do Araguaia, aos quais foi dado treinamento militar.

marimbondo só”. Mas unidos eles seriam respeitados, unidos eles teriam forças: “ninguém toca em um enxame de marimbondos”. Esse exemplo dos marimbondos e uma frase que diria a seguir — segundo a qual eles teriam que mostrar que ali não tinha só Maria, mas José também, e os Josés teriam que lutar, eles teriam que se unir — seriam a base de sua condenação posterior. Aristides não falou uma única vez em emboscada. Pediu aos posseiros que resistissem valentemente, mas não pregou a emboscada. Nem tiros muito menos.²

Após o retorno dos padres a São Geraldo, cerca de 50 lavradores, reunidos na casa e João Matias, decidiram resistir. No dia 10 de agosto, a diligência do GETAT, com reforço da Polícia Federal, já se encontrava na área. Uma narrativa do confronto foi feita por um dos posseiros ao Padre Aristides antes de se entregar à polícia:

[...] estou morando na região de Formiga. No dia 11 de agosto, às 14 horas da tarde, as autoridades que o Zé Almeida levou chegou desacatando e mandando o pessoal ir embora pra desocupar as terras do fazendeiro, que eram de domínio. Ele mesmo tendo bastante pistoleiros que mais causava horror em nossa região. Os posseiros viveu horrorizado devido à jagunçada que o Zé Almeida tinha [8 pistoleiros]. As autoridades andavam prometendo de queimar as casas dos posseiros, que se eles voltasse e encontrasse derrotavam todos na peia [no espancamento]. A mim mesmo, no fim de junho, derrubou a minha barraca de moto-serra, na minha ausência; que se eu levantasse de novo me tirava a cabeça, disse o Mauro Almeida.

Os mesmos posseiros controlou a turma. Foi um acordo de todos para se defender. Fizemos uma reunião na casa do João Matias no dia 12. Ele procurou o que todos achava a refê [referente] a nossa defesa; que as leis não tava ouvindo o nosso sofrimento. Usamos do que podemos, na irmandade. 5^a-feira [dia 13 de agosto] os pistoleiros estavam no cajueiro. Um companheiro veio nos avisar que eles iam voltar para ir numa outra região. Esperamos eles na casa do João Matias. Não foram. Então fomos ao encontro. Quando nós iam passar da encruzilhada, chegamos na roça do Alfredo. Foi o encontro. Havia dois carros. Eles seguravam 4 lurdinhas [metralhadoras]. Topamos com eles no limpo e deu no que deu, uma fumaceira grande. Eles não fizeram fogo. O Jeep passou e o outro, o Toyota, ficou. Eram dois carros do GETAT. Eu reconheci um pistoleiro, o Braulino. Ficou um pente de lurdinha no chão e não usaram as armas porque não deu tempo. Nós espanou [nos dispersamos] na mata. Fomos pra casa do João Matias. Espatifamos todos. O cara que morreu foi trazido por

² Marcos de CASTRO. 64: *Conflito Igreja x Estado*, p. 145.

Juraci e estava lá fazia uns 15 dias. Ele estava lá para limpar a área. Entre os dois [Juraci e José Almeida] tinha 12 pistoleiros: o Braulino, o Zé do Simplício. Os outros não conheço.

Quando topamos com eles na estrada, vi que era o carro do GETAT, mas não tinha apelo porque eles estavam de armas na mão. Atiramos ao mesmo tempo. Foi uma descarga mesmo. Sabíamos que tinham trazido a polícia. Estávamos pensando que era a PM, uma polícia de farda. E vendo que não tinha farda, pensamos que eram pistoleiros.

Eu tenho dois anos de serviço nesta terra e quando sair da cadeia eu volto pra lá.³

No confronto, foram feridos: o delegado Allan Kardec, com mais três agentes da Polícia Federal e ainda dois funcionários do GETAT. Luiz Antônio dos Santos Trindade, um pistoleiro contratado pelo deputado Juraci Teixeira morreu no local. Segundo o delegado Allan Kardec, “Luiz, bastante conhecedor da região e da situação de cada um dos que estavam na área, distinguia quem era invasor e quem era posseiro”⁴. De imediato, divulgou-se que o morto se tratava do gerente da fazenda de Juraci Teixeira, versão que seria mantida até dezembro de 1981, quando finalmente se descobriu a verdadeira identidade do morto, o que será visto posteriormente.

Já no dia seguinte, um grande reforço da Polícia Federal desembarcava na região com cerca de quarenta agentes apoiados por um helicóptero do exército. São Geraldo foi praticamente sitiada; as estradas de acesso passaram a ser vigiadas; onze lavradores, que não tinham nenhum envolvimento com o caso, foram presos e espancados; residências foram invadidas e seus moradores humilhados. A caça aos posseiros se transformou numa grande operação militar. A partir do dia 18, os treze posseiros envolvidos começaram a se entregar, sendo presos incomunicáveis e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. João Matias foi mantido algemado a um Jeep por oito dias, isolado dos demais. Também no dia 18, deslocou-se para a região do conflito um grupo de agentes vindos da Serra Pelada, comandados pelo major

³ Ricardo Rezende FIGUEIRA. *A Justiça do Lobo*, p. 76.

⁴ Rivaldo CHINEM. *Sentença: Padres e Posseiros do Araguaia*, p. 49.

“Curió”, que realizaram uma grande operação de desarmamento, apreendendo cerca de duas mil armas, quase todas de caça, que foram destruídas e jogadas ao rio.

A partir da prisão dos posseiros o alvo passou a ser o padre Aristides. A equipe pastoral de São Geraldo tinha consciência que há tempos a polícia buscava um motivo para prendê-lo e o confronto do Cajueiro era o pretexto perfeito. No final da tarde do dia 31 de agosto, uma equipe de 10 policiais e um delegado, fortemente armados, invadiram a casa paroquial de São Geraldo, alguns pulando pela janela aos gritos, prendendo Aristides. Por volta de dezoito horas, prenderam também Francisco Gouriou e colocaram Oneide Ferreira Lima, agente de pastoral e viúva do líder assassinado “Gringo”, que morava ao lado, em prisão domiciliar. As prisões foram feitas com extrema violência e agressões verbais. A casa foi devassada com muitos objetos pessoais sendo apreendidos como prova. Um outro padre, Francisco Glory, conhecido por “Chico Careca”, somente não foi preso porque havia atravessado o Araguaia em viagem para Araguaína.

Iniciou-se uma feroz campanha de denúncias e difamações através dos meios de comunicação contra o trabalho pastoral da igreja. O Senador Jarbas Passarinho, presidente do Congresso Nacional, fez um pronunciamento em cadeia nacional no dia 9 de setembro, no qual acusou a igreja de ter feito “uma nítida opção pelo socialismo”, também acusando a igreja: “que insufla a luta de classes no campo”⁵.

No intuito de fechar o cerco sobre os padres e sobre a igreja, diversos outros segmentos aliaram-se às acusações de Jarbas Passarinho como a “Coordenação do acampamento” comandado por “Curió”, Sociedade Rural Brasileira, Associação dos Empresários da Amazônia e a Associação dos Criadores de Nelore do Brasil, que reunidos em São Paulo, acusavam os bispos de comandar as invasões de propriedades particulares, encaminhando denúncias ao Conselho de Segurança Nacional conforme noticiaram a *Folha de São Paulo*, em 30/08/1981, e *O Estado de São*

⁵ Jornal *Folha de São Paulo* de 30/08/81. Apud. Ricardo Rezende FIGUEIRA. *A Justiça Lobo*, p. 79.

Paulo, de 01/09/1981⁶. Também pela imprensa de Belém, principalmente o *Jornal O Liberal*, foram publicadas notas acusando o “clero progressista” de fomentar a violência⁷.

Aristides e Francisco foram presos incomunicáveis na sede do GETAT em São Geraldo, até o dia 8 de setembro, quando foram visitados por Dom José Patrício, bispo de Conceição do Araguaia, acompanhado de outros representantes da igreja. O contato deu-se um de cada vez, para que não se encontrassem. Essas conversas foram realizadas na presença do delegado José Luis Cardoso, autor da prisão dos padres, tendo sido gravadas e fotografadas por agentes da Polícia Federal. O mesmo grupo avistou-se com os posseiros presos no dia 9, também sob forte vigilância do delegado, agentes e fotógrafos. Da mesma forma foram entrevistados um a um. O bispo ofereceu-lhes apoio e assistência jurídica. João Matias, demonstrando rancor, recusou ajuda dizendo ter sido preso por culpa do padre Aristides. Todos os demais presos também recusaram a ajuda jurídica da Igreja, atitude surpreendente, visto que no dia quatro, portanto, cinco dias antes, todos haviam aceitado satisfeitos a defesa do advogado da Comissão Pastoral da Terra Dr. Egydio Salles Filho.

Um dos advogados dos religiosos, Dr. Egydio Salles Filho esteve no dia quatro de setembro com três dos camponeses, sem conseguir falar com os padres. Os posseiros afirmaram que há algum tempo vinham recebendo ameaças de morte, e recentemente várias famílias tiveram suas casas queimadas por jagunços a mando dos fazendeiros, sem que pudessem reagir. Os lavradores ainda negaram veementemente, na frente do delegado da Polícia Federal, que tivessem armado uma emboscada contra os agentes da Polícia Federal, no dia treze de agosto. De acordo com eles, o que houve foi um confronto armado⁸. No dia seguinte, o advogado se encontrou com todos os posseiros na garagem do GETAT. Eles confirmaram as informações dos três lavradores. Explicaram que ao perceberem a aproximação de pessoas estranhas, pensaram que fosse um grupo de jagunços e decidiram abrir fogo, utilizando suas cartucheiras. Segundo eles, até casas foram

⁶ *Jornal O Estado de São Paulo* de 01/09/81. Ibidem. p. 79.

⁷ *Jornal O Liberal* de 1º de setembro de 1981. Apud. Ricardo Rezende FIGUEIRA. *A Justiça do Lobo*, p. 79.

⁸ *Jornal A Província do Pará* de 5 de setembro de 1981. Ibidem. p. 83.

incendiadas por jagunços e vários posseiros foram ameaçados de morte, o que levou os moradores da área a andarem armados e preparados para qualquer coisa⁹. Nesse encontro, o Dr. Egydio ofereceu seus préstimos como advogado e todos aceitaram satisfeitos, por isso a recusa posterior no diálogo com o bispo surpreendeu-nos.¹⁰

No dia 11 de setembro, numa operação sigilosa, os quinze presos foram algemados e transferidos de avião para Belém, sendo presos na sede da Polícia Federal. Em São Geraldo e no Cajueiro, muitos posseiros e religiosos continuavam sendo presos e espancados. Um avião sobrevoava a cidade lançando folhetos difamatórios sobre os padres e Oneide, viúva do líder sindicalista Gringo, que era agente de pastoral na paróquia de São Geraldo.

Mobilizações

A notícia da prisão dos padres e posseiros alcançou rapidamente as comunidades e os bispos da região. D. Alano Maria Pena, bispo de Marabá, D. José Patrick, bispo de Conceição do Araguaia e superior imediato dos padres, que retornava de São Paulo, manteve contato com a direção da CNBB em Brasília, que, de imediato, lançou uma nota de protesto contra a prisão. As principais lideranças da Igreja no Estado começaram a se mobilizar diante da situação, como D. Alberto Ramos, arcebispo Metropolitano de Belém e seu coadjutor D. Vicente Zico, D. Angelo Rivatto, bispo de Ponta de Pedras. Lideranças de outros estados também se movimentavam, como D. Luciano Mendes de Almeida, secretário geral da CNBB e o padre Mário Aldiguere, secretário nacional da CPT. A partir dessas lideranças, iniciou-se uma intensa mobilização pela libertação imediata e direito de defesa dos presos.

⁹ Jornal *O Liberal* de 5 de setembro de 1981. Apud. Ricardo Rezende FIGUEIRA. *A Justiça do Lobo*, p. 83.

¹⁰ Ricardo Rezende FIGUEIRA. *A Justiça do Lobo*, p. 83.

O advogado da CPT, Dr. Egydio Salles Filho, auxiliado pelos advogados Luis Eduardo Grenhalgh e Heleno Fragoso, indicados pela arquidiocese de São Paulo, entraram com pedido de *Habeas Corpus* junto ao Superior Tribunal Militar em Brasília. Como o caso tinha desde a sua origem conotações político-ideológicas, a ação foi negada apesar das diversas irregularidades ocorridas desde o momento do aprisionamento. Também foram mobilizadas instituições e pessoas ligadas aos direitos humanos como a SDDH, a CPT e a Anistia Internacional, e ainda lideranças políticas como o senador Teotônio Vilela e os deputados federais do PMDB Jader Barbalho e Cristina Tavares. Iniciou-se dessa forma uma densa luta política. D. Luciano Mendes respondeu energicamente às acusações feitas por Jarbas Passarinho à igreja. Três partidos oposicionistas, PMDB, PDT e PT, posicionaram-se a favor dos presos no Congresso Nacional.

No dia 12 de setembro, D. Vicente Zico celebrou, na basílica de Nazaré, a primeira das inúmeras missas de solidariedade, com a presença de cerca de 800 pessoas. No dia seguinte, outra missa foi celebrada na Igreja do Perpétuo Socorro com a presença de 8 bispos e 24 padres, reunindo mais de 2.000 pessoas. Também nesse dia, teve início a vigília permanente em frente à sede da Polícia Federal, mobilizando diversas comunidades e movimentos populares, tudo isso sob severa vigilância da polícia militar. Por toda a região, passaram a ser realizadas missas quase que diariamente, reunindo grande número de pessoas para rezar pelos presos. Lideranças e jornalistas, na tentativa de obter informações, também passaram a ser freqüentemente agredidos. Quatorze bispos do Regional Norte II da CNBB também celebraram missa na rua, em frente a Polícia Federal, com dezenas de padres e centenas de manifestantes.

O Movimento ganhou corpo com a adesão de grande número de entidades populares, algumas lideranças de Igrejas Evangélicas como a Anglicana, a Luterana (IECLB) e a Metodista, passando a organizar-se oficialmente como Movimento Pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA). Foram criados, de imediato, núcleos de

solidariedade pelo interior do Estado e em diversas partes do país, que recolhiam donativos de ajuda aos familiares dos presos. Também do exterior começaram a chegar milhares de cartas de solidariedade. De todas as partes, chegavam pessoas para visitar os presos, a ponto do próprio MLPA organizar uma agenda de visitação.

Para o jornalista Rivaldo Chinem, o MLPA começou a existir antes mesmo da transferência dos presos para Belém¹¹. A maneira acintosa como os militares do governo tentavam atacar o trabalho da igreja levantou uma onda de indignação que, num momento de grande anseio pela redemocratização do país, teve como resposta a disposição em reagir e a organização das comunidades em torno da causa da libertação dos presos. Chinem, que acompanhou o movimento às vésperas do julgamento, descreve:

Participam deste movimento aqueles que se interessam pela liberdade e pelas causas da prisão, esclareceram seus integrantes. Semanalmente tem assembléias, e é nestas assembléias que decidem o que será feito. Tudo aberto, democraticamente. Assisti a uma dessas reuniões, de longe, e deu impressão de estar na periferia de São Paulo, onde se luta por movimentos reivindicatórios, e onde o povo tem voz e vez. No dia 18 de junho, três dias antes do julgamento, o MLPA entregou um abaixo-assinado na Auditoria Militar, contendo 53.264 assinaturas, não só do Brasil como do exterior. Entre cartas e abaixo-assinados de solidariedade, ele tinha recebido àquela altura mais de 100 mil unidades, um número que seria engrossado com a condenação dos sacerdotes e posseiros.

A atividade do MLPA foi intensa, não só na organização como também na publicação de material (folhetos, cartazes, panfletos convocando para atos e reuniões, assembléias), e isso tem incomodado algumas facções políticas em Belém. Tanto que até o logotipo, uma cruz-enxada, foi acrescentada à figura de uma pomba. O povo identificou a pombinha com o major Curió ou o senador Jarbas Passsarinho, ambos do Pará e identificados com a extrema-direita no País. Os difamadores do MLPA chegam a substituir palavras como “Liberdade” para “PC do B”. Mandaram fazer cartões também, e telefonam para a sede da CPT, onde funciona o MLPA, dizendo que vão explodir o local, mandar tudo para os ares. Tudo

¹¹ Rivaldo CHINEM. *Sentença: padres e posseiros do Araguaia*, p. 20.

como parte de uma guerra psicológica, para desmoralizar, amedrontar aquela gente humilde e com muita garra.¹²

Em São Geraldo, a repressão continuava muito forte chegando a ponto dos agentes da repressão se apossarem da antiga igreja de São Geraldo, onde a própria Polícia Federal organizou uma missa.

Os agentes da Polícia Federal se apoderaram da igreja antiga de São Geraldo. Fizeram reparos na pintura, consertaram uma porta, instalaram energia elétrica e passaram a ter domínio sobre o culto. No dia 9 de setembro, convidaram o povo para uma “celebração”. O Dr. Sérgio Guimarães apareceu na igreja e pediu a Deus em voz alta a expulsão dos padres¹³. Um novo “culto” se deu no dia 12 do mesmo mês. Aproveitando a ocasião, promoveram uma reunião para preparar o festejo de 7 de outubro, convidando os fazendeiros, tudo à revelia do bispo diocesano e do vigário substituto.¹⁴

Nesta mesma missa, afirmaram que Aristides e Francisco eram subversivos e, por isso, deveriam ser expulsos do país. Essa falsa missa foi flagrada por uma equipe de televisão francesa, o que obrigou os falsos oficiantes a se esconderem na sacristia.

No dia 21 de setembro, mulheres e mães dos posseiros chegaram a Belém para visitar os presos. Quando saíram do presídio, denunciaram pressões e torturas. Uma delas diz explicitamente: “estão fazendo os presos condenarem os padres”. Essas mulheres mantiveram sua posição em defesa dos padres. No dia 23, um grande culto ecumênico foi celebrado reunindo sacerdotes de cinco igrejas: Católica, Luterana (IECLB), Metodista, Batista e Evangelho Quadrangular, com a presença de Dom Alano Pena e os padres Bernardo Hoyos e Savino Mombelli. Ao culto, seguiu-se uma passeata e grande ato público em frente à sede Polícia Federal. Da janela, Francisco acenava para a multidão causando grande comoção, até que agentes a fecharam.

¹² Rivaldo CHINEM. *Sentença: Padres e Posseiros do Araguaia*, p. 22 - 23.

¹³ Jornais *O Liberal* e *a Província do Pará* de 11 de setembro de 1981, Apud. Ricardo Rezende FIGUEIRA. *A Justiça do Lobo*, p. 84.

¹⁴ Ricardo Rezende FIGUEIRA. *A Justiça do Lobo*, p. 84.

As visitas constantes do major Curió aos posseiros no presídio São José tiveram o objetivo claro de fazê-los incriminar os padres. Da mesma forma, os pais dos jovens que participavam das manifestações da MLPA eram visitados por Curió e por agentes da polícia federal e “informados” que seus filhos estavam participando de organizações subversivas¹⁵. Além das inúmeras formas de coação sobre a liderança do movimento, o local onde se produziam os panfletos e boletins de divulgação, a Paróquia de Confissão Luterana de Belém, passou a sofrer constante vigilância de viaturas policiais rondando o local¹⁶.

O movimento manteve-se ativo ao longo dos quase 10 meses até o julgamento. Para o advogado Egydio Salles Filho, essa demora foi o fator que mais contribuiu para a enorme repercussão que o caso adquiriu. Segundo Egydio, os próprios padres recusavam-se a serem simplesmente expulsos do país, como já havia ocorrido anteriormente com alguns padres, preferindo ser julgados, tendo nisso a oportunidade de apresentar defesa oficial, fazendo com que detalhes do caso fossem amplamente divulgados e, da mesma forma, chegassem, ao grande público, informações sobre a situação fundiária do Araguaia¹⁷. Também do exterior continuavam a chegar manifestações em defesa dos presos.

D. Luciano Mendes de Almeida, secretario geral da CNBB, tinha boas relações com o vice-presidente da república, Aureliano Chaves, cuja esposa era católica dedicada. No período da cirurgia cardíaca do presidente João Batista Figueiredo em Cleveland, nos Estados Unidos, Aureliano, um civil, assumiu a presidência, e sua intervenção no caso sustou a expulsão imediata dos padres, que era objetivo dos militares, o que fez com que o processo se prolongasse até o julgamento formal em junho de 1982¹⁸.

¹⁵ Entrevista com a Pa. Rosa Marga Rothe, gravada em janeiro de 2004.

¹⁶ Entrevista com a Pa. Rosa Marga Rothe, gravada em janeiro de 2004.

¹⁷ Entrevista com Dr. Egydio Salles Filho, gravada em janeiro de 2004.

¹⁸ Entrevista com o jornalista Lúcio Flávio Pinto, gravada em Janeiro de 2004.